

Estudo Técnico Preliminar - 10/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 23466.000546.2022-11

2. Descrição da necessidade

2.1. COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, PERFUROCORTANTES, QUÍMICOS E LÂMPADAS FRUORESCENTES

2.2. O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN tem entre as suas finalidades o dever de ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com foco na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

2.3. Os serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos dos grupos A (biológicos/infectantes), B (resíduo químico oriundo do setor de saúde), e E (perfuro cortantes), regulamentados pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC, número 222, publicada pela ANVISA em 28 de março de 2018, bem como a coleta dos resíduos da classe I (resíduos químicos oriundos dos laboratório e as lâmpadas fluorescentes), classificados pela Norma Brasileira ABNT NBR 10004, válida a partir de 30.11.2004, contratados pelo IFRN, devem ser prestados ininterruptamente, por haver demanda periódica e constante. Estes tipos de resíduos são gerados durante as atividades acadêmicas práticas de laboratórios, salas de atendimentos médicos e odontológicos, assim como no descarte de lâmpadas após seu fim de vida útil.

2.4. Para atendimento das normas vigentes que descrevem a obrigatoriedade da destinação adequada de resíduos pela unidade geradora, a exemplo da Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e da Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências, é extremamente importante a prestação de tal serviço. Considera-se, também, o disposto na Portaria nº 280, de 26 de junho de 2020, que, em seu conteúdo, institui o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR nacional, como ferramenta de gestão e documento declaratório de implantação e operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos.

2.5. Visa-se, sobretudo, a continuidade do manejo adequado de resíduos, com atenção aos critérios de responsabilidade ambiental. Desta forma, o IFRN assegura a conservação de suas instalações e de seu entorno, mantendo um ambiente adequado para a comunidade interna e externa.

2.6. A licitação em tela foi inserida no Plano Anual de Contratações dos ano 2022, de forma que com essa ação estaremos executando essa ação planejada.

2.7. O presente estudo tem por objetivo apontar os fundamentos para a licitação, e posterior contratação, do serviço especializado em coleta de resíduos acima caracterizados, a fim de proporcionar a realização contínua das atividades acadêmicas e administrativas da Instituição.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS NATAL-CIDADE ALTA	DALILA NATHALIA BEZERRA MAIA MATTOZO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Trata-se de contratação de serviços de coleta, com frequência mensal ou quando a bombona (com capacidade de 200 litros) estiver cheia, transporte, tratamento e disposição final adequada dos resíduos sólidos dos grupos A (biológicos /infecantes), B (resíduo químico oriundo do setor de saúde) e E (perfurocortantes), da classe I (resíduos químicos oriundos dos laboratório e as lâmpadas fluorescentes), contratados pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, com prazo inicial de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no Art. 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

4.2. Todas as fases do serviço deverão observar as normas técnicas do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do órgão ambiental da sede do licitante, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, e demais normas relativas à atividade de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, laboratórios e lâmpadas emanadas dos órgãos competentes.

4.3. Como requisitos de qualificação técnico, a contratada deverá apresentar, sempre que necessário, a seguinte documentação:

4.3.1 Licença de Operação (LO), emitida por órgão governamental competente (Resolução n.º 237/1997 - CONAMA), vinculado à Prefeitura da cidade destino, que permita a execução de atividades no aterro sanitário para onde serão levados tais resíduos;

4.3.2 Plano de Contingência e Plano de Emergência, de acordo com a Resolução da CONAMA n.º 316, de 29/10/2002 - Anexos III e IV;

4.3.3 Certificado de disposição final e laudos técnicos que comprovem a eficiência dos processos de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, emitidos por profissional responsável técnico da CONTRATADA, devidamente inscrito no competente Conselho de Classe da Categoria, consoante legislação vigente;

4.3.4 A disposição final deve ser feita posteriormente ao tratamento, em unidade de tratamento de resíduos devidamente licenciada pelo órgão ambiental estadual e pela ANVISA, possuindo incinerador aprovado pelo órgão licenciador, para proceder à destruição térmica dos resíduos coletados e disposição final das cinzas restantes, conforme a Resolução do CONAMA n.º 237 /97. 4.4. No que se refere à capacidade técnica-operacional, a CONTRATADA deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privada devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos resíduos sólidos acima elencados, compatível com o objeto da presente licitação.

4.5 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

4.5.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

4.5.2 No decorrer da execução do serviço, a coleta dos resíduos deverá ser feita através de guarnição formada por veículo adequado e licenciado para este fim e por funcionários habilitados e treinados para a execução da referida atividade.

4.5.3 Todos os materiais fornecidos pela contratada deverão apresentar a indicação do Certificado ou Selo de Aprovação, expedido pelos órgãos competentes.

4.5.4 Os veículos coletores deverão atender às normas NBR 9190 e NBR 10004. Assim como a coleta dos resíduos hospitalares do Grupo B atender às normas NBR 12.810 e NBR 14.652 da ABNT, NBR 7500 e demais Normas Técnicas e legislações vigentes.

4.6 Os atestados deverão referir-se aos serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

4.7 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

4.8 A CONTRATADA deverá possuir experiência mínima de 03 (três) anos, não havendo obrigatoriedade desse período ter transcorrido de forma ininterrupta.

4.9 Nas contratações governamentais de bens, serviços e obras, deve ser dada prioridade para produtos e serviços que considerem critérios compatíveis com padrões sustentáveis devendo ser observada, a Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19/01/2010; atendimento ao Decreto n.º 4.131 de 14/02/2002 - DOU de 15/2 /2002 - dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica; Decreto n.º 7.746 de 05 /06/2012 - regulamenta o artigo 3º da Lei 8.666/93, agregando como

objetivo da Lei de Licitações e Contratos, o desenvolvimento nacional sustentável; Lei nº 6.938 de 31/08/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente; Lei nº 9.605 de 12/02/1998 - Lei de Crimes Ambientais; Lei nº 10.295 de 17/10/2001 - Lei da Eficiência Energética - dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional da Energia; Lei nº 12.187 de 29/12/2009 - Política Nacional sobre Mudança do Clima, regulamentada pelo Decreto nº 7.390 de 2010; Lei nº 12.305 de 02/08/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 7.404 de 23/12/2010 Decreto nº 2.783, de 17/09/1998 - dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso de substâncias que destruam a camada de ozônio pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; Resolução CONAMA nº 307 /2002 - estabelece critérios e procedimentos para gestão de resíduos na construção civil; Portaria do MMA nº 43/2009 - proíbe o uso do amianto em obras públicas e veículos de todos os órgãos vinculados à Administração Pública; e demais atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

4.9.1 A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

- Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição;
- Em relação às condições de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho;
- A CONTRATADA deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços, seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE, fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial o que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE, promover ações afirmativas de gênero e étnico-raciais, de acordo com o que dispõe: Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art. 3º, no inciso I do art. 5º, e no inciso XX do art. 7º, Decreto nº 7.959, de 13 de março de 2013, artigos 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do MPF, realizar a separação dos resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços em parceria com a Contratante, observados os dispositivos legais e de acordo com o Decreto 5.940/06 e IN/MARE n.º 6/1995, e utilizar materiais biodegradáveis, no que couber.

4.10 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar bombonas compostas de polietileno de alta densidade, com capacidade mínima para armazenar 200 litros de resíduos cada, que serão devidamente distribuídas nos pontos fixos dos Campus deste IFRN, em quantidade suficiente para a dispensação e armazenagem (baseando-se no quantitativo estimado de cada campus, expresso no arquivo anexo a este ETP), com identificação consoante a NBR 7500:2013 e demais legislações vigentes, para os resíduos dos Grupos A, B e da Classe I (resíduo químico), onde serão acondicionados os resíduos segregados de acordo com as especificações de cada grupo/classe. A empresa CONTRATADA deverá, também, disponibilizar caixas coletoras para os resíduos do Grupo E, conforme a ABNT NBR13853, bem como caixas de madeira para os resíduos da Classe I (lâmpadas fluorescentes).

4.11 A CONTRATADA deverá disponibilizar balança de plataforma com visor digital e capacidade para no mínimo 100Kg, calibrada, para pesagem no local (Abrigo Externo de Resíduos).

4.12. A CONTRATADA deverá realizar calibração, manutenção preventiva e corretiva da balança de pesagem de resíduos, devidamente certificada, no Abrigo Externo de Resíduos de cada Campus do IFRN, sempre que necessário.

4.13 A CONTRATADA deverá realizar controle mensal do quantitativo de resíduos a serem gerenciados.

4.14 A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 20 dias após a coleta, o certificado de destinação e incineração do material coletado nos Campus, ficando o pagamento condicionado a esta apresentação do certificado.

4.15 A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da execução do contrato, documentação comprobatória que evidencie o local (aterro sanitário ou incinerador) onde será realizado o tratamento e/ou descarte do material coletado. Tal comprovação assegura ao CONTRATANTE que o material produzido terá a destinação adequada, em conformidade com as normas relacionadas.

4.16 Deverá constar no contrato a ser firmado que o material coletado do Grupo A corresponde a resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção; que o Grupo B corresponde a características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade - efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores) oriundos do consultório odontológico, e sobras de medicamentos; bem como que o Grupo E corresponde a materiais perfurocortantes ou escarificantes, utilizados nos serviços médico e odontológico, de forma que não haja qualquer negativa da CONTRATADA em coletar, tratar e destinar quaisquer desses materiais acima elencados

5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando o que consta a Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para contratação de empresa para a prestação de serviços de gerenciamento de resíduos perigosos, incluindo a coleta, transporte, tratamento e destinação final, esclarecemos que buscamos efetuar a pesquisa de preço em contratações similares de outros entes públicos firmados no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, e usando como prioridade os incisos I e II do art 5º do referido normativo.

5.2 Por se tratar de uma contratação com a particularidade de ser sistêmica para todos os Campi do IFRN, em decorrência do Calendário de Compras e Contratações Comuns do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, referente ao exercício 2022, o Núcleo Metropolitano (Natal-Cidade Alta, Natal-Zona Norte e Ceará Mirim) ficou responsável pelo Pregão para contratação de empresa para prestação de serviço de coleta de lixo infectocontagioso. Assim, conforme análise da equipe de planejamento da contratação, com membros técnicos e administrativos, tendo como parâmetro a demanda identificada, a localização dos campi e as características peculiares desse tipo de contratação que envolve frequência de coleta, rota e destinação final de resíduos infectocontagiosos, constatou-se que não seria possível utilizar os parâmetros dos incisos I, II e III do art. 5º.

5.3 Dessa forma, utilizou-se como parâmetro o inciso IV do art 5º, que trata da “pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório”, na busca de refletir com a máxima fidedignidade os preços de mercado mais atuais.

5.4 Outra variável considerada foi o local do fornecedor, focando o orçamento em empresas que já atuam no estado do Rio Grande do Norte. O objetivo foi obter uma estimativa de preços compatível com a realidade. Destacamos que a pesquisa de preço foi realizada entre o período de 27/05/2022 a 20/06/2022, através de email. A contratação será realizada por Campi, respeitando as especificidades de cada e ampliando a competitividade entre os fornecedores.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução ocorrerá por meio de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte externo, tratamento e destinação final adequada de Resíduos de Serviços de Saúde dos grupos A (biológicos/infectantes), B (resíduo químico oriundo do setor de saúde) e E (perfuro cortantes), bem como a coleta dos resíduos da classe I (resíduos químicos oriundos dos laboratório e as lâmpadas fluorescentes).

6.2 Considerando as necessidades da Administração, a solução escolhida está definida por previsão legal na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

6.3 A CONTRATADA deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC da Anvisa nº 222, de 28 de março de 2018, legislações estas que são fatores fundamentais para neutralizar riscos à saúde da população e ao meio ambiente.

6.4 Com o objetivo de definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução da prestação dos serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação de resíduos da saúde, bem como realizar as respectivas adequações de pagamento, será elaborado o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, para quantificar os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço. Esse Instrumento analisará a inspeção dos equipamentos utilizados no serviço, observação das exigências de uniformes e EPI's adequados, e as obrigações da contratada em relação à prestação do serviço conforme estipulado no Termo de Referência.

6.4.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para atendimento das demandas deste IFRN, a descrição dos itens e suas quantidades foram definidas conforme tabela abaixo. Os quantitativos foram definidos através de planilha enviada por e-mail com base em levantamento de necessidade real, tendo como referência a produção de resíduos nos últimos anos.

	TIPO DE RESIDUO	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE -	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde) -	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório) -	RESÍDUO PERFURO-CORTANTE -	LÂM FLU -
	CATEGORIA	GRUPO A (RDC 222)	GRUPO B (RDC 222)	CLASSE I (NBR 10004)	GRUPO E (RDC 222)	CLA 1000
	FREQUÊNCIA DE COLETA	MENSAL OU QUANDO ENCHER A BOMBONA DE 20 ACONTECER PRIMEIRO)				
CAMPUS	UNIDADE	KG	KG	KG	KG	UND
APODI	QTD MINIMA	50	2	30	10	20
	QTD MAXIMA (ANUAL)	600	10	600	300	240
CANGUARETAMA	QTD MINIMA	100	10	0	20	100
	QTD MAXIMA (ANUAL)	400	40	0	80	300
CAICÓ	QTD MINIMA	40	0	1	1	0
	QTD MAXIMA (ANUAL)	480	0	4	4	0
CURRAIS NOVOS	QTD MINIMA	100	100	100	100	100
	QTD MAXIMA (ANUAL)	500	1000	1000	1000	500
CEARÁ MIRIM	QTD MINIMA	10	1	0	5	100
	QTD MAXIMA (ANUAL)	100	12	0	50	500
JOÃO CAMARA	QTD MINIMA	5	1	2	1	100
	QTD MAXIMA (ANUAL)	100	15	4	5	500
IPANGUAÇU	QTD MINIMA	55	2	0	1	0
	QTD MAXIMA	515	6	0	3	0

MACAU	QTD MINIMA	17	1	58	1	1.00
	QTD MAXIMA (ANUAL)	200	12	700	5	3.00
MOSSORÓ	QTD MINIMA	50	1	60	1	0
	QTD MAXIMA (ANUAL)	600	10	150	4	0
NATAL CIDADE ALTA	QTD MINIMA	20	3	1	1	3
	QTD MAXIMA (ANUAL)	240	40	4	4	40
NATAL CENTRAL	QTD MINIMA	83	43	500	17	133
	QTD MAXIMA (ANUAL)	1000	520	6000	200	1600
NATAL ZONA NORTE	QTD MINIMA	20	3	5	1	3
	QTD MAXIMA (ANUAL)	240	30	60	12	40
NOVA CRUZ	QTD MINIMA	100	10	0	20	25
	QTD MAXIMA (ANUAL)	400	40	0	80	300
PARNAMIRIM	QTD MINIMA	40	10	100	1	5
	QTD MAXIMA (ANUAL)	480	30	1000	10	40
PAU DOS FERROS	QTD MINIMA	50	2	60	2	5
	QTD MAXIMA (ANUAL)	600	12	200	20	12
SANTA CRUZ	QTD MINIMA	8	1	0	1	100
	QTD MAXIMA (ANUAL)	100	10	0	5	1.00
	QTD MINIMA	250	10	10	5	5

SÃO GONÇALO DO AMARANTE	QTD MAXIMA (ANUAL)	1000	100	100	25	25
SÃO PAULO DO POTENGI	QTD MINIMA	40	4	30	6	0
	QTD MAXIMA (ANUAL)	480	48	360	60	0

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 185.998,27

8.1. Conforme explicitado no item 5 deste estudo, utilizou-se como parâmetro o inciso IV do art 5ª, da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020 que trata da “pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório”, na busca de refletir com a máxima fidedignidade os preços de mercado mais atuais através de e-mail.

GRUPO	CAMPUS	ITEM	TIPO DE RESIDUO	CATEGORIA	CATSER	UND	QNT DE KG ESTIMADO ANUAL	VALOR UNIT ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	APODI	1	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	600	7,18	4308
		2	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	10	7,86	78,6
		3	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	600	7,18	4308
		4	RESÍDUO PERFURO-CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	300	7,18	2154
		5	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	240	3,25	780
2	CANGUARETAMA	6	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	400	7,18	2872
		7	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	40	7,86	314,4
		8	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	0	7,18	0
		9	RESÍDUO PERFURO-CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	80	7,18	574,4
		10	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	300	3,25	975
		11	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	480	7,18	3446,4
		12	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	0	7,86	0
			RESÍDUO						

3	CAICÓ	13	QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	4	7,18	28,72
		14	RESÍDUO PERFURO- CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	4	7,18	28,72
		15	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	0	3,25	0
4	CURRAIS NOVOS	16	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	500	7,18	3590
		17	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	1000	7,86	7860
		18	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	1000	7,18	7180
		19	RESÍDUO PERFURO- CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	1000	7,18	7180
		20	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	500	3,25	1625
5	CEARÁ MIRIM	21	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	100	7,18	718
		22	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	12	7,86	94,32
		23	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	0	7,18	0
		24	RESÍDUO PERFURO- CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	50	7,18	359
		25	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	500	3,25	1625
6	JOÃO CAMARA	26	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	100	7,18	718
		27	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	12	7,86	94,32
		28	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	0	7,18	0
		29	RESÍDUO PERFURO- CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	50	7,18	359
		30	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	500	3,25	1625
	IPANGUAÇU	31	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	515	7,18	3697,7
		32	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	6	7,86	47,16
			RESÍDUO QUÍMICO						

7		33	(laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	0	7,18	0
		34	RESÍDUO PERFURO- CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	3	7,18	21,54
		35	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	0	3,25	0
8	MACAU	36	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	200	7,18	1436
		37	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	12	7,86	94,32
		38	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	700	7,18	5026
		39	RESÍDUO PERFURO- CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	5	7,18	35,9
		40	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	3000	3,25	9750
9	MOSSORÓ	41	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	600	7,18	4308
		42	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	10	7,86	78,6
		43	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	150	7,18	1077
		44	RESÍDUO PERFURO- CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	4	7,18	28,72
		45	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	0	3,25	0
10	NATAL CIDADE ALTA	46	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	240	7,18	1723,2
		47	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	40	7,86	314,4
		48	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	4	7,18	28,72
		49	RESÍDUO PERFURO- CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	4	7,18	28,72
		50	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	40	3,25	130
	NATAL CENTRAL	51	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	1000	7,18	7180
		52	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	520	7,86	4087,2
		53	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	6000	7,18	43080

11		54	RESÍDUO PERFURO- CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	200	7,18	1436
		55	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	1600	3,25	5200
12	NATAL ZONA NORTE	56	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	240	7,18	1723,2
		57	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	30	7,86	235,8
		58	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	60	7,18	430,8
		59	RESÍDUO PERFURO- CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	12	7,18	86,16
		60	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	40	3,25	130
13	NOVA CRUZ	61	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	400	7,18	2872
		62	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	40	7,86	314,4
		63	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	0	7,18	0
		64	RESÍDUO PERFURO- CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	80	7,18	574,4
		65	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	300	3,25	975
14	PARNAMIRIM	66	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	480	7,18	3446,4
		67	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	30	7,86	235,8
		68	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	1000	7,18	7180
		69	RESÍDUO PERFURO- CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	10	7,18	71,8
		70	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	40	3,25	130
	PAU DOS FERROS	71	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	600	7,18	4308
		72	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	12	7,86	94,32
		73	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	200	7,18	1436
			RESÍDUO PERFURO-				20		

15		74	CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG		7,18	143,6
		75	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	12	3,25	39
16	SANTA CRUZ	76	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	100	7,18	718
		77	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	10	7,86	78,6
		78	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	0	7,18	0
		79	RESÍDUO PERFURO-CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	5	7,18	35,9
		80	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	1.000	3,25	3250
17	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	81	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	1000	7,18	7180
		82	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	100	7,86	786
		83	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	100	7,18	718
		84	RESÍDUO PERFURO-CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	25	7,18	179,5
		85	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	25	3,25	81,25
18	SÃO PAULO DO POTENGI	86	RESÍDUO BIOLÓGICO / INFECTANTE	GRUPO A (RDC 222)	14265	KG	480	7,18	3446,4
		87	RESÍDUO QUÍMICO (setor saúde)	GRUPO B (RDC 222)	19380	KG	48	7,86	377,28
		88	RESÍDUO QUÍMICO (laboratório)	CLASSE I (NBR 10004)	14265	KG	360	7,18	2584,8
		89	RESÍDUO PERFURO-CORTANTE	GRUPO E (RDC 222)	14265	KG	60	7,18	430,8
		90	LÂMPADAS FLUORESCENTES	CLASSE I (NBR 10004)	14265	UND	0	3,25	0
VALOR TOTAL									185998,27

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. Nessa análise, quanto a divisibilidade do objeto, levando em consideração o mercado fornecedor,

podendo ser parcelado caso a contratação nesses moldes assegure, concomitantemente: a) Ser técnica e economicamente viável; b) Que não haverá perda de escala; e c) Que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

O parcelamento das soluções a serem contratadas, será aplicado através da divisão do objeto por itens, em função da particularidade de cada Campus, como a localização e quantidade de ser coletada, com o intuito de aumentar a competitividade entre as empresas participantes.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Os serviços demandados foram inseridos no Plano Anual de Contratações do ano de 2022, de forma que estaremos executando uma ação planejada.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação da prestação do serviço, objeto desta licitação, visa à manutenção da limpeza e higiene no ambiente da Instituição, com vistas à proteção à saúde das pessoas que nela circulam (servidores, alunos, pais, responsáveis legais, terceirizados, ou qualquer cidadão que nela circule). Tal contratação acarretaria o correto gerenciamento dos resíduos, em consonância com as exigências do PGRSS e PGRS, bem como das demais legislações sanitárias, sempre objetivando a redução de riscos para saúde de todos e a preservação do meio ambiente.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A priori, não há, nesta contratação, providências a serem adotadas pelo o Órgão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os possíveis impactos ambientais decorrem da destinação final inadequada dos resíduos infectantes, químicos, perfurocortantes e comuns, sendo mencionado, no Termo de Referência, a responsabilidade da CONTRATADA em seguir rigorosamente a legislação sanitária vigente neste quesito, e dar o devido descarte destes resíduos a fim de garantir a preservação ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os resíduos dos serviços de saúde, laboratoriais e de lâmpadas, dentre eles os abrangidos pelo presente estudo, são considerados perigosos para o meio ambiente e são normatizados pela legislação brasileira. A periculosidade é atribuída tanto pela toxicidade quanto pela patogenicidade, o que justifica a imprescindibilidade dos serviços objeto desta contratação. Verifica-se, também, que o serviço a ser contratado nos moldes aqui estabelecidos encontra-se em total conformidade com a legislação aplicável. Por fim, pautados pela responsabilidade de buscar soluções efetivas, foram consideradas as especificidades dos diversos geradores de tais resíduos no âmbito do IFRN. Diante de tudo que foi exposto, constata-se a sua viabilidade.

16. Responsáveis

DALILA NATHALIA BEZERRA MAIA

Administradora

LOUISE SAVANA DA COSTA ALMEIDA

Membro da comissão

CATARINA DE OLIVEIRA TORRES VIANA

Membro da equipe

THIAGO ANTONIO RAULINO DO NASCIMENTO

Membro da comissão

Documento Digitalizado Público

ETP Nº10/2022

Assunto: ETP Nº10/2022
Assinado por: Dalila Mattozo
Tipo do Documento: Estudo preliminar - contratos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Dalila Nathalia Bezerra Maia Mattozo, ADMINISTRADOR**, em 22/06/2022 10:36:46.

Este documento foi armazenado no SUAP em 22/06/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1102860

Código de Autenticação: f621bfd427

